

Cinco candidatas a vereadoras no ABC têm zero voto, a maioria do Mobiliza

Wilson Moço

Levantamento feito RD no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aponta que 41 candidatas a vereadoras no ABC receberam abaixo de 10 votos na eleição realizada no dia 6 de outubro, que tinha 2.515 nomes na disputa por 150 cadeiras nas Câmaras das sete cidades. No entanto, o que causa certa estranheza é o fato de cinco candidatas terem registrado zero voto, o que significa que escolheram outra pessoa ou sequer marcaram presença nas urnas. Destas, três integram os quadros do Mobiliza em São Bernardo, uma é do PRD de Diadema e outra do Agir de Mauá. Vale lembrar que elas são a maioria entre os eleitores no ABC, com 1,143 milhão, ante 1,005 milhão de homens.

Presidente do Mobiliza de São Bernardo, Otávio Gomes de Oliveira disse que não teria como explicar o fato de as três candidatas terem saído das urnas com zero voto no dia 6 de outubro, até porque “se propuseram a desempenhar um trabalho, a participar como candidatas”, o que não teriam feito. “Elas tinham um propósito, mas não cumpriram o que se dispuseram a fazer, mas a razão de não ter voto é difícil diagnosticar. Ainda bem que não receberam nenhuma verba na conta (de campanha), então menos mal, né? É a única coisa que posso falar”, comentou, para acrescentar. “Mas pode deixar, vou passar os telefones (delas)”, disse.

Questionado se as candidatas teriam recebido ajuda para trabalhar a campanha nas ruas, embora na prestação de contas ao TSE não consta entrada e saída de recursos financeiros, o presidente do partido, que esteve no arco de apoio ao candidato petista à Prefeitura de São Bernardo, o deputado estadual Luiz Fernando Teixeira, garantiu que sim. “O que eu posso falar para você é que elas receberam o material de campanha fornecido direto pela Federação PT/PV/PCdoB, com a qual o Mobiliza compôs nesse pleito. Mas aí elas receberam o material dessa federação, do partido não, porque nós apoiamos, né?”, explicou. O dirigente disse novamente que forneceria os telefones das candidatas, mas não o fez até o fechamento desta reportagem. E não foi possível localizar as três nas redes sociais.

No caso das outras duas candidatas com zero voto, em Diadema e Mauá, a reportagem localizou perfis delas nas redes sociais e deixou mensagens, mas não obteve retorno. Também fez contato com o telefone que consta no TSE como do PRD de Diadema, da candidata zerada Nicinha, mas a única resposta foi um boa noite.

Contas zeradas

Das cinco que receberam nota zero dos eleitores, as três de São Bernardo são as que têm a prestação de contas mais atualizada no sistema DivulgaCandContas, do TSE, com data de 23 de outubro, a apenas quatro dias da realização do segundo turno, e onde consta zero tanto para receitas quanto para despesas. Ou seja, significa que não receberam recursos para campanha do partido nem de doações por meio de apoiadores ou delas mesmas. Invariavelmente, votação zero ou baixa enseja comentários de que seriam candidatas-laranja, situação que pela legislação eleitoral pode ser considerada crime e passível de investigação.

No entanto, especialistas ouvidos pelo RD avaliam que os casos estariam ligados principalmente às dificuldades ou descaso de partidos em cumprir a lei que determina que 30% das candidaturas de uma sigla sejam destinadas às mulheres. Os números baixos – ou nenhum – de votos registrados em candidatas no ABC, como de resto em todo o País, está entre as preocupações da presidente do TSE Cármen Lúcia, justamente pela desconfiança de que partidos ainda são refratários a uma presença mais ostensiva das mulheres na política, em que pese elas serem a maioria do eleitorado.

“O que está batendo bastante nesses números, o que chamou a atenção da ministra Cármen Lúcia, presidente do TSE, e que também está alertando alguns estudiosos, é que os partidos ainda se mantêm muito fechados e bem preconceituosos com relação à presença de mulheres em cargos de liderança. Então, por mais que haja campanha e as leis de cotas para as mulheres ocuparem alguns espaços, elas (leis) não são bem resolvidas. Então, para cumprir a lei, os partidos colocam mulheres para ter o quórum (de 30%), para ter o número exigido, mas não significa que essas mulheres tenham espaço e recursos garantidos na campanha”, apontou o cientista político, mestrando em ciências sociais e membro do grupo de estudos sobre Segurança, Violência e Justiça da Universidade Federal do ABC (UFABC), Carlos Augusto Pereira de Almeida.

Para o especialista, a cota é importante para garantir maior representatividade da mulher na política, mas ainda é falha porque falta uma fiscalização séria e maior

transparência por parte dos partidos, para mostrar que estão efetivamente “apoiando as candidaturas, que não é uma coisa obrigatória”, e garantindo as mesmas condições e oportunidades colocadas à disposição dos homens “Mas também é preciso cobrança por parte dos órgãos públicos e fiscalizar, principalmente do TSE, e verificar se estão sendo cumpridas todas as regras. Se não, os partidos precisam ser punidos, e punidos mesmo, com efetividade, e não permitir que o Congresso, como faz, crie anistias para depois voltarem a fazer tudo de novo.”

A avaliação do advogado, professor de Direito Constitucional da Universidade Mackenzie e de Direitos Humanos do Damásio Educacional, Frederico Afonso, está em linha com o que pensa Carlos Augusto Pereira de Almeida sobre partidos incluírem mais mulheres na chapa de candidatos a vereador apenas para cumprir a quota estabelecida em lei. Por vezes, aponta, a sigla tem dificuldade para preencher as vagas e apela para pessoas desconhecidas da maior parte dos eleitores de determinada cidade, que não vão agregar, e por isso mesmo não recebem a mesma atenção do partido.

“A dificuldade de montar as candidaturas dentro de um partido, tendo 30% mínimo de mulheres, é um elemento complicador, e o partido se desespera quanto maior o número de candidatos para buscar. Muitas vezes não tem, e então pega alguém para poder fechar o grupo, ou seja, essa pessoa vai ter um, dois, três, cinco votos. Não vai fazer campanha, não chega dinheiro de fundo partidário, a pessoa não tem campanha, recebe o material mínimo ali do partido para divulgação e ela mesmo não quer, está lá apenas fazendo um favor e sem ganhar nada. Muitas vezes, se for investigar a pessoa, ela vai responder ‘olha, ele pediu para eu fazer um favor para sair candidata porque precisava ter uma mulher lá’.”

Candidatas com votos abaixo de 10

Santo André

Helena Vieira – PDT – 9 votos

Rosamaria Almeida – DC – 5

Jana Amaral – PDT – 5

Samara Reis – PDT – 3

Luciana (Lu) – PDT – 2

Deise Feitosa – DC – 2

Beatriz Viana – DC – 2

São Bernardo

Leidy – Mobiliza – 8

Maria Cecilia – Mobiliza – 0

Lena Maria – Mobiliza – 0

Cida – Mobiliza – 0

São Caetano

Marina Cruz – PV – 7

Jô do Restaurante – PSDB – 5

Diadema

Penha Teixeira – Mobiliza – 8

Kakal do Hortifruti – Agir – 8

Isabelly Ruman – PMB – 6

Edna Ferreira – PDT – 5

Nina Reis – PMB – 1

Joana D'Arc – PRD – 1

Nicinha – PRD – 0

Mauá

Lourdes a Dinha – Mobiliza – 7

Rosangela Senna – PMB – 7

Damiana Maria – PRTB – 4

Alessandra do Nova Mauá – Mobiliza – 4

Luzinete Jesus – PRTB – 3

Cantora Luiza – Agir – 0

Ribeirão Pires

Kelly do Matheus – União – 8

Bruna Bellan – PDT – 8

Nalvinha – União – 7

Sheila Barbara – União – 7

Adriana Siqueira – União – 6

Nathália Mayara – PDT – 6

Rio Grande da Serra

Sandra Mares – MDB – 9
Gessy Kakau – União 7
Enfermeira Regina – Mobiliza 6
Francielly – PRTB – 6
Cidinha da Educação – PRTB – 3
Li da Saúde – União – 3
Regina Carvalho – DC – 3
Professora Kelly – PRTB – 2
Helena Portela – MDB – 1

<https://www.reporterdiario.com.br/noticia/3533527/cinco-candidatas-a-vereadoras-no-abc-tem-zero-voto-a-maioria-do-mobiliza/>

Veículo: Online -> Site -> Site Repórter Diário

Seção: Cidades